

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
FACULDADE DE DIREITO

NOME EMPRESARIAL

Trabalho referente a disciplina de
Direito Comercial I do 3º S
do Curso de Direito da
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Realizado pelos alunos	Adriano Felipe Loureiro	4024724-4
	Danilo José Hannun	4022965-3
	Eduardo J Meirelles	4030865-0
	João Filipe Gomes Pinto	4021184-3
	Maria Fernanda B. Pinto	4021311-0
	Rafael Cabreira	4023152-6
	Roberto Gomes Notari	4023610-2
	Wagner Chad	3027888-0

São Paulo
Outubro - 2003

Nome empresarial

I. Introdução

O nome empresarial está para o empresário como o nome civil está para a pessoa natural. É por esse nome que se individualiza a sociedade empresária e o empresário individual, é pelo nome empresarial que eles são conhecidos nas atividades que exercem. Também é o nome que identifica a espécie de responsabilidade patrimonial que tem o empresário ou a sociedade empresária e consequentemente seus sócios.

O sistema brasileiro influenciado, pelo sistema suíço, protege o nome empresarial a partir do registro na Junta Comercial¹, sendo o princípio da veracidade² aquele norteador de sua determinação. De início, a legislação procura evitar a coincidência de nomes³. "Pelo princípio da novidade não poderão coexistir, na mesma unidade federativa (estado-membro), dois nomes empresariais semelhantes ou idênticos"⁴. Por outro lado, o nome empresarial deve refletir quem realmente exerce a atividade empresarial, destarte, quem está responsável pelos encargos sociais. Adiante veremos, inclusive, ser decorrente deste princípio a necessidade de mudança do nome empresarial.

O nome empresarial poderá ser alterado tanto de forma compulsória como voluntariamente. No caso de alteração compulsória, esta se dará em razão da transformação da sociedade em outro tipo societário, da exclusão de sócio (em determinado tipo societário) e pela alienação do estabelecimento empresarial.

¹ Lei 8.934/94 Art. 33 – A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações.

² Lei 8.934/94 Art. 34 – O nome empresarial obedecerá os princípios da veracidade e da novidade.

³ Lei 8.934/94 **Das proibições de arquivamento** Art. 35, V – os atos de empresas mercantis de nome idênticos ou semelhantes a outro já existente.

⁴ FAZZIO JÚNIOR, Waldo, *Manual de Direito Comercial*, 3 ed., ATLAS: São Paulo, 2003, p. 85

Nome empresarial

É importante ressaltar a lição de Philomeno José da Costa sobre a importância do nome empresarial, salientando que “sua atividade pode criar uma aura de crédito, que é algo mais do que a própria materialidade do enunciado do nome. É o renome. O nome comercial sob este prisma apresenta a boa-fama do sujeito de direito⁵.

O Código Civil, que revogou a primeira parte do código comercial, entende o nome empresarial de duas maneiras (espécies) a saber: a firma e a denominação⁶.

Para facilitar o entendimento, no que tange ao nome empresarial e sua relação com o empresário individual e as sociedades empresárias, o quadro abaixo exemplifica os tipos societários:

Classificação	Sociedade	Código Civil	Responsabilidade dos sócios
Sociedades	Em Comum	Arts. 986/990	Ilimitada
Não Personificadas	Em conta de Participação	Arts. 991/996	Ilimitada
Personificadas	Simples	Arts. 997/1038	Ilimitada
	Em nome coletivo	Arts. 1.039/1.044	Ilimitada
	Em comandita simples	Arts. 1.045/1.051	Mista
	Limitada	Arts. 1.052/1.087	Limitada
	Anônima	Arts. 1.088/1.089	Limitada
	Comandita por ações		Mista
	Cooperativas	Arts. 1.093/1.096	Mista

⁵ RT 465/47

Nome empresarial

II. Firma e Denominação

A firma é, em regra, a identificação empresarial do empresário individual, podendo, todavia, ser também de sociedades empresárias quando lhe for facultado ou prescrito na legislação.

Inicialmente vemos que as sociedades em comum e as em conta de participação não possuem nome empresarial. A primeira, ou porque está na fase transitória, isto é, de formação, ou porque não é sociedade empresária. A segunda porque assim o está previsto em lei, no artigo 1.162 CC.

Faz-se notar que a sociedade em conta de participação tem características muito peculiares. Ela tem uma natureza temporária ou de empreitada; independe de formalidade na sua constituição, pois seus atos não são levados à registro; é exercida exclusivamente pelo sócio ostensivo, cuja responsabilidade perante terceiros é ilimitada. Na verdade então, temos que a sociedade opera "às escondidas". O sócio ostensivo é que é o empresário e, se for um indivíduo será um empresário individual, sujeito à firma. Por outro lado se for uma sociedade empresária terá denominação. O importante é que perante terceiros é o tipo do sócio ostensivo que importa no que se refere à responsabilidade patrimonial.

O artigo 1.157 do C.C. impõe que o empresário opere sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de sua atividade. Portanto o indivíduo Marcelo Freitas ao se tornar um empresário utilizará seu patronímico para indicar sua atividade empresarial, como por exemplo Marcelo Freitas. Ainda poderá abreviar o nome, M. Freitas, ou mesmo aditar o nome a fim de melhor especificar sua pessoa ou sua atividade

⁶ Código Civil art. 1.155 – Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa.

Nome empresarial

empresarial, Marcelo Freitas – Serralheiro, ou ainda M Freitas – Serralheiro. O nosso sistema também não permite a utilização de pseudônimos (princípio da veracidade), não sendo aceitos portanto os apelidos ou hipocorísticos (Chico para Francisco, Zé para José, etc.)

As sociedade onde os sócios respondem de forma ilimitada operarão sob a designação de firma. Temos portanto que as sociedade simples (tipo e não espécie), e as de nome coletivo também operarão sob a designação de firma. Note-se que o inciso II do artigo 997 CC determina que o contrato social da sociedade simples mencionará a denominação. Todavia, o mesmo *Codex* indica que as sociedades, em que os sócios respondem ilimitadamente, operam sob designação de firma. A razão disso decorre da visão externa da atividade empresária. Dessa forma ficam os terceiros cientes da responsabilidade patrimonial do empresário e também dos sócios de certos tipos de sociedades empresariais.

Já a sociedade limitada poderá adotar a firma ou denominação, o que lhe é facultado pelo artigo 1.158 CC, transcrito *in verbis* " *Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final 'limitada' ou sua abreviatura*". Serão os sócios, o contrato social que decidirão essa questão. Optando por um ou pelo outro, certas regras deverão ser seguidas, mormente as descritas nos parágrafos do referido artigo. Destaca-se a condição de incluir a palavra "limitada" ou sua abreviatura, sob pena de responderem, os sócios, **solidária e ilimitadamente**. Optando-se pela firma, a sociedade deverá incluir o nome de pelo menos um de seus sócios, se pessoas físicas, a fim de indicar a relação social entre eles.

As sociedades anônimas deverão operar sob denominação designativa do objeto social, incluindo a expressão " Sociedade Anônima", sua abreviação

Nome empresarial

"S.A." ou a expressão "Companhia", ou ainda a sua abreviatura "Cia." (artigo 1.160 CC). O artigo seguinte especifica que a sociedade em comandita por ações poderá adotar a designação desde que aditada da expressão "comandita por ações", ou poderá operar sob a designação de firma. Apesar da possibilidade aventada no dispositivo legal, não são muito comuns as sociedades em comandita por ações, uma das razões sendo o fato de que regem-se pelos mesmos dispositivos da sociedade anônima (Lei 6.404/76), além de peculiaridades específicas, tais como o disposto no artigo 1.091 que estabelece unicamente a possibilidade de administração da sociedade por um acionista, cujas responsabilidades são ilimitadas e solidárias.

Com relação ao nome empresarial o quadro abaixo tenta esquematizar didaticamente a ocorrência da firma e denominação, a saber:

Classificação	Sociedade	Designação
Sociedades	Em Comum	Firma
Não Personificadas	Em conta de Participação	Não há designação
Personificadas	Simples	Firma ou Denominação
	Em nome coletivo	Firma
	Em comandita simples	Firma
	Limitada	Firma ou Denominação
	Anônima	Denominação
	Comandita por ações	Firma ou Denominação
	Cooperativas	Denominação (aditado de Cooperativa)

III. Proteção ao nome empresarial

O legislador entendeu por bem fazer constar do texto constitucional a proteção do nome empresarial, quando no inciso XXIX do artigo 5º " *a lei assegurará...bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em*

Nome empresarial

vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país." Importante ressaltar que tal dispositivo necessita de regulamentação, a qual surge na figura da Lei 8.934/94 e seu complemento no Decreto 1.800/96. Temos portanto a lei específica quanto à proteção do nome empresarial. Que em seus artigos 61 e 62 estabelece os seguintes pontos de proteção:

- ✍ A proteção decorre, automaticamente, do arquivamento, nas Juntas Comerciais, da declaração de firma individual, do ato constitutivo de sociedade ou de alterações desses atos que impliquem em mudança de nome;
- ✍ A proteção circunscreve-se à unidade federativa (estado-membro) de jurisdição da Junta Comercial que procedeu o arquivamento;
- ✍ A proteção poderá ser estendida a outras unidades da federação, a requerimento da empresa interessada, observada instrução normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- ✍ Expirado o prazo da sociedade celebrada por tempo determinado, esta perderá a proteção de seu nome empresarial;
- ✍ O nome empresarial atenderá o princípio da veracidade e da novidade e identificará, quando assim o exigir a lei, o tipo jurídico da sociedade;
- ✍ Havendo indicação de atividades econômicas no nome empresarial, essa deverão estar contidas no objeto da firma individual ou sociedade;
- ✍ Não poderá haver coincidência por identidade ou semelhança do nome empresarial com outro já protegido;
- ✍ Ao DNRC, por meio de instruções normativas, compete estabelecer critérios para a verificação da existência de identidade ou semelhança entre nomes empresariais.

IV. Exclusividade

O empresário, e aí inclui-se a sociedade empresária, detém a utilização exclusiva do seu nome empresarial. Isto decorre do simples arquivamento

Nome empresarial

na Junta Comercial. Tal entendimento é derivado do princípio da novidade, onde um nome não pode coincidir com outro já existente.

V. Concorrência

Alguns doutrinadores, entre os quais Pontes de Miranda, consideram a concorrência desleal uma consequência extrema da *confundibilidade*. Portanto temos que a proteção do nome vai além da simples confusão onomástica (fonética) entre eles. Por outro lado temos que a lei assegura a proteção ao nome desde seu arquivamento não sendo necessário qualquer outro ato para que o nome empresarial enseje a tutela legal. De modo que o empresário tem no seu nome empresarial mais do que apenas sua identificação legal, mas também uma identificação moral, mormente nos dias atuais, onde os meios de comunicação de massa vêm obtendo um grau de penetração intenso.

VI. Alienação e perda do nome empresarial

O Código Civil veda a alienação de nome empresarial em seu artigo 1.164 como regra. Entretanto, no seu parágrafo único estabelece que caso o contrato permita poderá o adquirente, de estabelecimento empresarial, usar o nome do alienante desde que precedido pelo seu próprio e inclusa a expressão "sucessor".

Da mesma forma, a legislação obriga o exclusão do nome da firma de sócio que vier a falecer, retirar-se ou for excluído da sociedade.

No que se refere à denominação esta poderá ser livremente alienada, inclusive autonomamente.

Além da perda prevista nas sociedades por tempo determinado, findo o prazo deste, as sociedades empresárias podem perder o nome empresarial

Nome empresarial

se num período de 10 anos não procederem a qualquer arquivamento na Junta Comercial e não comunicarem à essa que desejam manter-se em funcionamento. Neste caso, a Junta Comercial notificará o empresário, inclui-se a sociedade empresária, para que se manifeste sobre seu funcionamento. No caso de omissão a sociedade será considerada inativa, perdendo automaticamente a proteção ao nome empresarial.

Outra maneira de perda do nome empresarial é a cessação das atividades, espontânea por qualquer razão, por liquidação no caso das sociedades empresárias, ou pela transformação societária (fusão, cisão ou incorporação). Tais ocorrências encontram-se descritas nos artigos 1.163 e seguintes do Código Civil.

VII. Conclusão

Caberá ao prejudicado mover ação contra aquele que o prejudica seja em função do contrato ou em função da lei (art. 1.167 CC). O empresário tem a guarida da lei na proteção ao seu nome empresarial, todavia deverá provocar a jurisdição do Estado na busca do exercício tutela protetora.

Ressalte-se que o nome empresarial enseja um conceito muito mais amplo que simplesmente uma referência nominal. À ele está associado adjetivos de cunho moral e idoneidade, de crédito e confiança. Abalos ao nome empresarial podem acarretar sérias consequências, notadamente financeiras, donde conclui-se que a proteção a ser despendida ao nome empresarial deve ter uma interpretação ampla, ressalvado os limites contratuais e legais.